



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Primeira Legislatura**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2001.**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Junior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Senadores suplentes:** Antonio Carlos Valadares, Francelino Pereira, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Valmir Amaral; - **Deputado não membro:** Dr. Heleno. Não houve registro de presença de Deputados suplentes. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Arnon Bezerra, Basílio Villani, João Pizzolatti, José Priante e Sampaio Dória; - **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Gilvam Borges, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Ronaldo Cunha Lima **ABERTURA:** Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos e havendo número regimental para deliberação, o Presidente em exercício deu início à reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude do início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular deu reabriu a reunião, interrompendo-a em seguida. Às quinze horas e quarenta e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu continuidade à reunião, passando à apreciação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 27, 28 e 29 de



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

novembro e em 03 de dezembro de 2001. Em havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Milton Monti apresentou questão de ordem sobre a apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei provenientes do acordo. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu o assunto. O Presidente esclareceu que havia duas listas com os Projetos de Lei acordados pelo Colegiado de representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão e somente seriam apreciados os Projetos que fossem comum às duas listas. O Presidente anunciou os Projetos de Lei do acordo: 44, 49, 50, 53, 55 e 96/2001-CN. Em votação, foi **aprovado** por unanimidade o requerimento de preferência para apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 44, 49, 50, 53, 55 e 96/2001-CN. O Deputado Virgílio Guimarães anunciou a presença do Sr. Fernando Marroni, Prefeito de Pelotas, Rio Grande do Sul. PAUTA 29. Item 05: **Projeto de Lei nº 44/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 4.727.188.012,00 (quatro bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil e doze reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Almir Sá. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Jorge Khoury foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02: **Projeto de Lei nº 49/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 40.059.186,00 (quarenta milhões, cinquenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Félix Mendonça. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Ausente o relator, o Deputado José Carlos Aleluia foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezesseis horas e nove minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Item 38: **Projeto de Lei nº 50/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S/A., crédito suplementar no valor total de R\$ 1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Danilo de Castro. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado João Almeida foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 22: **Projeto de Lei nº**



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

53/2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 3.902.410,00 (três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”. Relator: Deputado Basílio Villani . Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Gonzaga Patriota foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 12: **Projeto de Lei nº 55/2001-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e treze reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 48: **Projeto de Lei nº 96/2001-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinqüenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes”. Relator: Deputado Pedro Novais. Foram apresentadas 45 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez a apresentação do Relatório. O Presidente informou que não poderia haver requerimento de destaque às emendas inadmitidas. Em votação RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques: Destaque 01, do Deputado Neuton Lima, à emenda 24, com voto favorável do relator, Deputado Pedro Novais. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 02, do Deputado Neuton Lima, à emenda 23, com voto favorável do relator, Deputado Pedro Novais. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Virgílio Guimarães solicitou a inclusão da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 47/2001-CN. O Plenário consentiu. Item 37: **Projeto de Lei nº 47/2001-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”. Relator: Deputado Pedro Celso. Foram apresentadas 02 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Substitutivo apresentado. O relator fez a apresentação do Relatório e alterou o seu voto, modificando-o para “favorável, nos termos propostos no Projeto”. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros solicitou a inclusão da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 51/2001-CN. Não houve acordo. Solicitou, ainda, que fosse incluída a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 28/2001-CN, uma vez que foi atendido o Requerimento nº 09/2001, do Deputado José Pimentel, que solicitava o comparecimento do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A, Dr. Byron Costa de Queiroz e do funcionário aposentado da mesma instituição financeira, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho. O Deputado José Pimentel manifestou-se favorável, enfatizando a necessidade de transparência nos atos contábeis do Banco. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, os trabalhos foram suspensos. Às vinte e uma horas e cinquenta minutos do mesmo dia, o Deputado Lael Varella, no exercício da Presidência, transferiu a realização dos trabalhos para o dia seguinte. Às dez horas e trinta e sete minutos do dia treze de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, anunciou a ordem numérica crescente de apreciação dos Projetos de Lei de créditos adicionais. Item 01 - **Projeto de Lei nº 28/2001-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado José Priante. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado João Almeida foi designado para ler o Relatório. O Presidente leu o fax encaminhado pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz, que enfatizava a importância dos recursos para esta Instituição Financeira. O Deputado Anivaldo Vale encaminhou à Presidência nota técnica elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Debateram, ainda, os Deputados José Carlos Aleluia, Adolfo Marinho, Gonzaga Patriota, Márcio Reinaldo Moreira, Jorge Khoury, Ricardo Barros, Benito Gama, Divaldo Suruagy, Raimundo Gomes de Matos, Carlito Merss e João Leão; e o Senador Nabor Júnior. Os Deputados Giovanni Queiroz e Airton Cascavel estavam em obstrução. Às onze horas e cinco minutos, o Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado José Pimentel discutiu o assunto, enfatizando a importância de haver transparência na alocação de recursos do Banco do Nordeste ao tempo em que apresentou a proposta da seguinte redação: “Acrescente-se ao art. 1º do parágrafo único a seguinte redação: § único – o Banco do Nordeste do Brasil S.A. informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o resultado da Operação de Capitalização realizada”. Em votação, o Substitutivo com a nova redação foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Raimundo Gomes de Matos apresentou requerimento para inclusão



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 43/2001-CN. Ao anunciar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação da votação, com apoio dos Deputados Gonzaga Patriota e Aírton Cascavel, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. Em seguida, o Presidente anulou a votação do Requerimento em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal. Às doze horas e um minuto, o Presidente suspendeu os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, encerrou os trabalhos, às quinze horas e quarenta e oito minutos do dia treze de dezembro. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA. Presidente.**
XX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Extraordinária	Nº: 001560/01	DATA: 11/12/01
INÍCIO: 18:54	TÉRMINO: 18:56	DURAÇÃO: 00:02
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:02	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1
REVISORES: LEINE		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: ELIANA RAMAGEM		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
SUMÁRIO: Abertura e suspensão da sessão.		
OBSERVAÇÕES		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo número para votação, transfiro a mesma para amanhã, às 10h, com a mesma pauta.

Está suspensa a presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Extraordinária	Nº: 001575/01	DATA: 12/12/01
INÍCIO: 10:18	TÉRMINO: 10:19	DURAÇÃO: 00:01
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:01	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1
REVISORES: LEINE		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: ELIANA RAMAGEM		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Suspensão da Reunião.

OBSERVAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vou suspender a sessão, convocando-a novamente para as 15h de hoje.
Está suspensa a sessão.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 001595/01	DATA: 12/12/01
INÍCIO: 15h39min	TÉRMINO: 16h46min	DURAÇÃO: 1h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h07min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 14
REVISORES: LIA, MONICA, ZILFA		
SUPERVISÃO: ESTELA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO: Apreciação dos Projetos de Lei nºs 44, 47, 49, 50, 53, 55 e 96.

OBSERVAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização.

Em apreciação a ata da vigésima oitava reunião ordinária, realizada nos dias 27, 28 e 29 de novembro e 3 de dezembro de 2001.

Por ter sido distribuída cópia antecipadamente, fica dispensada a leitura da ata.

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 7º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada. *(Pausa.)*

Vamos ao PL nº 96.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria que a Presidência me informasse se vamos seguir as pautas anunciadas ou vamos cumprir acordo feito com os representantes de Líderes na reunião realizada ontem nesta Comissão. Enfim, gostaria que V.Exa. desse uma noção a este Deputado, representante do PMDB nesta Comissão, de como serão os trabalhos da presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado Milton Monti, a pauta está sendo confeccionada por um Comitê desta Comissão, do qual V.Exa. faz parte. Há divergências.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Estou indagando exatamente por isso, Sr. Presidente. Houve um acordo; todos os partidos estavam representados. Não estou entendendo as divergências.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O acordo não está sendo cumprido. Aqui é diferente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há duas posições — do Líder do PDT e do Líder do PFL — sobre as matérias que estão tramitando. Eles estão pinçando as que crêem merecer aprovação nesta Comissão. Vou colocar em votação alguns PLs que foram fruto de acordo.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, manifesto meu protesto.

Uma vez que os partidos estavam representados naquela reunião, imagino que cada representante estava — ou pelo menos deveria estar — com o aval de suas Lideranças.

Sr. Presidente, a Comissão esteve reunida por várias horas para analisar projeto por projeto e suas repercussões nas questões importantes do nosso País. Então, não é possível que todo esse trabalho, realizado sob a coordenação do Deputado Santos Filho, tenha sido em vão. Se de nada valeu, ficamos trabalhando feito bobos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Repito: estavam presentes membros e representantes de todos os partidos, inclusive dos que hoje estão colocando obstáculo às votações. Não estou entendendo. Ou as pessoas não estavam credenciadas ou há equívocos que precisamos esclarecer.

Não é justo e correto que esse trabalho feito pela Comissão, após várias horas, não seja considerado nem reconhecido. Lamentarei muito se não ocorrer a votação do que foi acordado.

Espero que nas próximas reuniões compareçam pessoas devidamente credenciadas para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero fazer uma ressalva, Deputado Milton Monti. A relação que está aqui, que é a do Comitê, tem a aquiescência do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Milton Monti, V.Exa. se refere a nós como se não tivéssemos credenciais para garantir o que dissemos naquela reunião. V.Exa. chegou um pouco atrasado e talvez não tenha ouvido o início da reunião, quando nós, do PDT e do PT, levantamos uma questão. A reunião estava sendo presidida pelo nobre Vice-Presidente. A preliminar era de que discutiríamos os PLs, dando prioridade a alguns e fazendo reservas a outros. Mas isso não significava que estávamos prontos para votar, porque nós, do PDT, estávamos em obstrução. Hoje, ao chegar aqui,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

foi-me oferecida a oportunidade de votar dez PLs, e o Líder do partido de V.Exa., Deputado José Carlos Aleluia, ponderou que fossem votados apenas dez.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Deputado, V.Exa. está enganado. O meu Líder não é o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Desculpe, é PMDB. O Líder está aqui.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Não cheguei atrasado e V.Exa. está enganado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não estou enganado, disse isso muito claramente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Deputado Giovanni, vamos nos reportar ao que aconteceu na reunião, à qual V.Exa. estava presente. Uma série de PLs...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não me concedeu V.Exa. um aparte? Deixe-me concluir, então. Não vamos brigar, Deputado Milton Monti.

A verdade é a seguinte: o PDT reservou-se o direito de obstruir, porque o partido estaria em obstrução a partir do momento da votação dos relatórios setoriais. Anunciamos, no final da votação dos relatórios setoriais, que, a partir dali, o PDT estaria em obstrução até que se discutisse e se definisse o salário mínimo e a compensação dos vencimentos dos servidores. Essa foi a posição do meu partido, o PDT. Lá na reunião, de igual forma, disse: vamos discutir, mas nos reservamos o direito de obstruir votações futuras.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, fui citado. Preciso falar da minha posição, sobre o que aconteceu na reunião. A vários projetos, realmente, o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Giovanni Queiroz fez objeção. Especialmente aqueles que, por uma questão de posicionamento político, são feitos através de superávit financeiro não teriam a concordância de S.Exa., embora tivesse dos demais membros da Mesa e viriam aqui para discussão. Mas, no caso de vários outros — não sei dizer quantos, posso verificar nas minhas anotações —, houve a concordância de que seriam votados mesmo, sem nenhuma objeção. Essa foi a conversa que tivemos ontem, na reunião do Comitê.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Essa foi a conversa de V.Exa., não foi a minha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra pela ordem o Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Estou chegando à conclusão de que as bombas sempre estouram em mim.

Na realidade, esse Comitê, criado pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento, fez uma primeira reunião, que fluiu bem. Foi-se a plenário, onde foram até acrescentados mais alguns casos. Havíamos liberado dez da obstrução que vinha sendo feita pelo Líder José Carlos Aleluia. No plenário, foram incluídos mais seis ou oito casos e foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio ao plenário.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Fizemos a reunião de ontem, em que pegamos toda a pauta para analisar as prioridades e aqueles casos sobre os quais houve entendimento. O Deputado Giovanni Queiroz apresentou uma premissa: nos casos em



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

que fosse por superávit financeiro, ele faria objeção. Analisamos todos os casos, menos aqueles que não tinham relatores-setoriais.

No Comitê, inicialmente, o Deputado Giovanni Queiroz representava toda a Oposição. Ontem houve novamente a participação do PT. Não me recordo exatamente do número, mas tivemos mais de vinte casos em que houve apoio total, ficando ressalvados sempre os casos em que o Deputado Giovanni Queiroz objetava. Posteriormente, S.Exa. mencionou que poderia obstruir aqui, tendo em vista o problema do salário mínimo.

Eu disse, no final, que havíamos participado de uma reunião entre todos os Líderes de partidos da base do Governo, com a presença do Relator-Geral e do Presidente da Câmara dos Deputados, em que havia sido encontrado um valor para o salário mínimo, na base do Governo, que ficou estabelecido em 200 reais. Disse ainda que traríamos para este plenário apenas os casos sobre os quais tinha havido anuência de todos os partidos, deixando de lado os que o Deputado Giovanni Queiroz levantava, como o problema de superávit financeiro, e três ou quatro casos que foram levantados pelo PT por outras razões, tanto pelo Deputado João Coser como pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Esse foi o entendimento havido. Participaram todos os representantes designados pelo Sr. Presidente, e esse foi o resultado. Depreendo que o Presidente tenha trazido para cá hoje os casos sobre os quais houve entendimento. Agora, o restante, de comportamento no plenário, extrapola minha posição de Coordenador do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O problema é que existem duas listas: uma feita por esse Comitê e uma outra, que me foi trazida agora à tarde. Acho que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

podemos começar a votar essa lista que veio para cá à tarde e depois vamos ampliar a discussão a respeito do assunto.

Vamos passar ao primeiro item, que é o PL 44.

Tem a palavra o Relator, o Sr. Deputado Almir Sá. *(Pausa.)* Ausente.

Peço ao Deputado Jorge Khoury que leia o relatório do PL 44.

Se todos concordarem, poderemos votar essa matéria em globo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUJA – Sr. Presidente, esta é praticamente nossa última semana de trabalho e quero dizer que não vejo necessidade de que sejam lidos os relatórios, que já foram distribuídos. Portanto, requiero que seja dispensada sua leitura.

A minha proposta, evidentemente, subordina-se ao fato de que não sejam votados créditos sobre os quais não haja acordo. Então, aceleraremos nos dez sobre os quais há acordo e vamos tentar fazer acordo em outros. Acho muito mais prático. Podemos votar da maneira que V.Exa. quiser, não faremos objeção, até porque existem muitas matérias em tramitação na Câmara. Se quiser votar esses dez em bloco, concordarmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há vários PLs que estão nas duas listas. Portanto, vou colocá-los em globo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUJA – É preciso que V.Exa. leia o número.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sim, passarei o número.

Os PLs que constam das duas listas são: 44, 49, 50, 53, 55 e 96.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, não consegui ouvir. V.Exa. pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São os sete PLs que constam das duas listas. Vou colocá-los em votação em globo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou repetir os números.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, em globo não. Tenho emendas em alguns PLs e gostaria de discuti-las. Se não foram atendidas, quero destacá-las e, destacando-as, quero votá-las. Votando em globo, fica prejudicado todo o processo. Votação em globo de PL é complicado. Um por um, rapidamente, é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acho que poderíamos votar de acordo com o parecer dos relatores.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os PLs são os seguintes, vou repetir: 44, 49, 50, 53, 55 e 96.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero apenas anunciar a presença do nosso ex-companheiro de Comissão e atual Prefeito de Pelotas, Fernando Marroni, que nos faz uma visita, naturalmente sabendo que vai ter todos os pleitos de Pelotas



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

atendidos pela nossa Comissão Mista de Orçamento. S.Exa. foi nosso companheiro de Comissão durante dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Pelotas é uma cidade simpaticíssima, e vai ter todo nosso apoio.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, acho extremamente importante que votemos PL por PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Então vamos votar PL por PL. Vamos ao PL 44. O Deputado Jorge Khoury vai ler o voto do relatório.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Dessa forma, verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere ao Plano Plurianual e à LDO, tampouco conflita com os arts. 35 a 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que se refere a contratos anteriores àquela lei.

Finalmente, Sr. Presidente, ressaltamos que o seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 44, de 2001, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas observações. Acho temerária essa conduta de pinçar, de forma quase instantânea, os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

projetos a serem votados. Imagino que todos, por terem sido encaminhados pela Presidência da República e pelos Ministérios, tenham méritos, sejam necessários e importantes, mas não me parece uma boa idéia não termos um critério estabelecido. Repito: pinçar um ou outro crédito é uma atitude temerária desta Comissão.

Essa é uma questão política e poderia, como representante do PMDB nesta Comissão, dar o troco e falar que quero retirar um projeto, mas estaria cometendo a mesma injustiça que comete quem pinça um projeto aleatoriamente. Poderia criar caso, também sabemos ganhar no grito.

Precisamos rever essas questões. Não quero atrapalhar esta Comissão. Discutindo, dialogando é que se entende, mas pinçar projetos sem nenhum critério não é uma forma de agir corretamente na votação que iremos realizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A Mesa concorda com V.Exa., porém, a própria base do Governo está divergindo a respeito dessa questão. É uma questão que se sobrepõe à decisão da Mesa, pois é política, como disse V.Exa.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Não estou cobrando da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Como Presidente, estou fazendo o que é possível para que a Comissão produza, cumpra sua obrigação, seu dever elementar, que é aprovar ou rejeitar as proposições. Esse é o dever elementar desta Comissão. Não podemos ficar sem apreciar e votar. Considero que a maior irresponsabilidade que um homem público pode cometer é fugir das questões. Vote a favor ou contra, mas decida. Estamos investidos do mandato popular para isso. Ficarmos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

com conversa furada, empurra para lá, empurra para cá... Vamos votar!

Estamos fazendo o que é possível. Concordo com a ponderação de V.Exa., mas a questão está apresentada desse modo e é desse modo que podemos trabalhar. Então, vamos votando...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Aliás, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pelo equilíbrio na condução dos trabalhos desta Comissão. Realmente, estou dando um recado para as Lideranças porque, de fato, precisamos de agir de uma outra forma. V.Exa. tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em discussão o PL nº 44.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocá-lo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Vamos ao PL nº 49/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 40.059.186,00 (quarenta milhões, cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais), para reforço de dotações



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

constantes do orçamento vigente".

Relator: Deputado Félix Mendonça.

Solicito ao Deputado Aleluia que faça a leitura do parecer do Relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Parecer do Relatório do Deputado Félix Mendonça ao PL nº 49:

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Voto.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à locação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 495 de 2001-CN, nos termos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou passar a Presidência ao Deputado Santos Filho, para que possa participar de votação nominal no Senado, após o que retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não há emendas ao Projeto de Lei nº 49.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório permaneçam como se



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 50/2001-CN, que "Abre o Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., crédito suplementar no valor total de R\$ 1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Danilo Castro.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Solicito ao nobre Deputado João Almeida que faça a leitura do parecer do relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - O parecer ao PL nº 50, do Deputado Danilo de Castro, conclui com o seguinte voto:

Cabe assinalar que a programação objeto do presente crédito especial não fere quaisquer dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária, nada cabendo, portanto, opor à sua aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 50, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 53/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 3.902.410,00 (três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais.

Relator: Deputado Basílio Vilani.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Solicito ao nobre Deputado Gonzaga Patriota que faça a leitura do voto do nobre Deputado Basílio Vilani.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, passo a ler o voto:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação dos recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos pela rejeição da Emenda nº 00001 e pela aprovação do PL nº 53/2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 55/2001-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

valor de R\$ 882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e treze reais), para os fins que especifica.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Solicito ao nobre Deputado Jovair Arantes que faça a leitura do Relatório.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço vênica para fazer apenas a leitura do voto ao Projeto de Lei nº 55/2001.

Inicialmente, cabe assinalar que tanto a programação objeto de suplementação como a de cancelamento integra o orçamento da CEF, no exercício de 2001, não havendo impedimento quanto à suplementação pretendida.

Cumprer ressaltar, também, que a proposição não fere quaisquer dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária, nada cabendo, portanto, a opor à sua aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 55, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 96/2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Relator: Deputado Pedro Novais.

Foram apresentadas 45 emendas ao projeto. O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Novais que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Com relação às emendas apresentadas, somos pela declaração de inadmissibilidade daquelas arroladas no demonstrativo abaixo, por se enquadrarem dentro das hipóteses de inadmissão de emendas, previstas no art. 29 da Resolução nº 01-CN, de 2001.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Somos ainda pela rejeição das Emendas de nº 0003, 0017, 0018, 0023, 0024 e 0045 por proporem cancelamento em dotação acrescida ao orçamento por meio de emenda parlamentar. Ademais, tal dotação consta no projeto de crédito suplementar apenas para simples correção de ordem técnica.

Com o propósito de adotar procedimento equânime, decidimos rejeitar as demais emendas. Além disso, a leitura da exposição de motivos leva-nos a reconhecer a importância das ações que se pretendem suplementar, sendo que o atendimento de emendas implicaria a pulverização dos recursos e a descaracterização da proposta originária do Poder Executivo.

Acompanha este parecer relatório da execução dos programas abrangidos por este crédito suplementar.

Em conseqüência, somos pela aprovação do PL nº 96/2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência alerta o Plenário para o fato de que as emendas que forem consideradas inadmitidas não podem sofrer destaques.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, tenho dois destaques para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. pode apresentar, está em tempo hábil.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Apresento destaque às emendas nºs 23 e 24, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas se forem inadmitidas, não cabem.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Só foram rejeitadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Foram rejeitadas?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Encaminhe à Mesa. Vamos fazer chegar às mãos do Sr. Relator os dois destaques solicitados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, para acelerar os trabalhos, enquanto o Relator examina a proposta, V.Exa. poderia passar a outro item, depois voltamos a esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência comunica ao nobre Deputado José Carlos Aleluia que não poderemos fazer isso, porque esse é o último. Estamos fazendo a apreciação apenas dos projetos que coincidiram nas suas listas. Se V.Exa. quiser abrir para discutir mais alguns projetos que estavam na lista da Comissão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Pela ordem, Sr. Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, parece-me que o procedimento seria primeiro nós examinarmos o projeto, ressaltados os destaques; em seguida, darei parecer sobre os destaques, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Exato. Está em discussão ainda, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, queria fazer um apelo. Eu entendo, concordo, acho absolutamente regimental, humano, profissional, parlamentar, a obstrução que se faz. Já roguei em plenário para que se chegasse a um acordo em razão da necessidade de complementação do Aeroporto Luis Eduardo Magalhães.

Acho que esse impasse prejudica a Comissão, Sr. Presidente, e vou dar três exemplos. O PL nº 66 trata da compra de um avião contra queimadas no Rio de Janeiro. Estamos entrando no verão, quando quase perdemos toda a floresta de Itatiaia em função de queimadas, temos milhares de incêndios florestais, e o projeto nº 66 possibilita a compra desse avião. O PL nº 78...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Isso não é questão de ordem. É porque o projeto está em discussão, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, não, não era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputada...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Queria aproveitar o tempo, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não, mas não há tempo, porque ele está em discussão, eu preciso encerrar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, é porque ele estava examinando as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Preciso encerrar a discussão, para que ele possa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Perdão. Volto à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Quero, inclusive, esclarecer V.Exa. que o desejo da Presidência é o de que possamos encontrar, mas, como V.Exa. mesmo disse, a obstrução é um dispositivo constitucional e regimental que existe, e não podemos fazer nada.

Não havendo mais quem queira discutir, com a palavra o nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – O projeto está em condições de ser votado, ressalvados os destaques, Sr. Presidente, sobre os quais darei parecer oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em votação o parecer do nobre Deputado Pedro Novais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam com se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam com se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Vamos para a apreciação dos destaques.

Com a palavra o nobre Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O parecer é pela aprovação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Acolhidos os destaques apresentados pelo nobre Deputado Neuton Lima.

Destaque nº 1 ao Projeto de Lei nº 96, conservação da creche do Município de Pontes, no valor de 50 mil reais.

Destaque nº 2 ao Projeto de Lei nº 96, Construção de creches no Município de Monte Mor, também no valor de 50 mil reais.

Aproveitando o fato de ter sido designado pelo Presidente como Coordenador do Comitê de Avaliação dos Projetos de Créditos Suplementares, esta Presidência quer dizer que não nos vamos reunir mais até que haja um entendimento, porque não vou expor os colegas que se reuniram conosco por mais de cinco horas ontem sem resultado. Então, não vamos mais reunir o Comitê até que haja um entendimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, o Presidente titular anunciou, alto e bom som, que o nosso dever é votar. Porém, só podemos votar se formos convocados para tal. V.Exa. pode convocar outra reunião para votação dos créditos e vamos ver se teremos **quorum**. Se tivermos, votamos; caso contrário, não



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

votamos. Quem impedir a realização da reunião responderá por isso. Quem comparecer dará a sua prova de interesse em dar continuidade ao processo de votação.

Penso que V.Exa. não tem, efetivamente, que dar continuidade a esta reunião dentro do que foi acordado, mas pode convocar uma outra para amanhã, para ver se produzimos algum acordo até lá, do contrário, vamos ver o que acontece, cada partido se responsabilizando por sua ação no plenário. Não ficam sem uma resposta da Comissão, de todo o modo, os demais créditos, tantos deles tão importantes para a vida da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Almeida, eu disse que o Comitê não vai reunir-se mais enquanto não houver um entendimento. Esta Presidência convoca uma próxima reunião para amanhã, às 9 horas, com uma pauta que será elaborada com os créditos que estão presentes, todos. Não vamos mais fazer a seleção.

Ficamos ontem reunidos por mais de cinco horas. Estavam presentes o Deputado Virgílio Guimarães, representando o PT, o Deputado Jorge Khoury, representando o PFL, e os demais representantes das bancadas. Então, não há justificativa, porque o Comitê tinha exatamente a finalidade de buscar o entendimento, e buscamos fazer isso ontem, chegando a mais de trinta com entendimento, e os restantes com a observação feita pelo nobre Deputado Giovanni Queiroz, que tinha o entendimento de que, onde estivesse sendo utilizado superávit financeiro, preferia que fosse decidido em plenário. Será feito dessa maneira também, inclusive naqueles casos em que o nobre Deputado Giovanni Queiroz apresentava restrições. Dentro do entendimento que o Comitê vinha mantendo,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

era buscarmos apenas o apoio no entendimento geral. Por isso, tínhamos todos esses casos no entendimento geral.

Coloco em votação os destaques apresentados pelo nobre Deputado Neuton Lima e acolhidos pelo nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com os destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relator e o acolhimento dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V.Exa. que seja incluído na pauta da reunião de amanhã, às 9 horas, o Projeto de Lei n.º 122, da Pauta 83.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, esta Presidência já definiu: todos os projetos serão incluídos na pauta, já que não há o entendimento, e buscaremos número. Se houver, discutiremos e votaremos.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Em nome da justiça, agradeço.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra. Desculpe-me por tê-la interrompido naquela hora, é que estávamos em processo de votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não há problema.

Sr. Presidente, entendo que V.Exa., por razões óbvias, adiou a sessão para amanhã, às 9 horas, e que não faz parte do acordo o PL 95, que trata de recursos para a CNEN. Por isso, quero fazer um apelo, desta vez ao Deputado Giovanni Queiroz. Efetivamente, a matéria diz respeito a superávit financeiro, embora o superávit nessa emenda, nesse PL específico, seja proveniente da própria instituição numa das partes da emenda e, na outra parte, também superávit, mas referente a recursos que eram da CNEN no ano passado. No ano passado não conseguimos aprovar nesta Comissão e eles não conseguem gastar. Isso significa a impossibilidade de complementação de um programa importantíssimo de fiscalização e de um programa de produção de radioisótopos.

Portanto, essa é uma questão necessária para a ciência e tecnologia deste País, e faço um apelo ao Deputado Giovanni Queiroz para que reveja sua posição no que diz respeito ao PL nº 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, a Presidência secunda o apelo de V.Exa. O nobre Deputado Giovanni Queiroz, que é um homem muito sensível, irá analisar o apelo feito por V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu não ouvi o apelo da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O apelo da nobre Deputada Laura Carneiro refere-se ao seu critério de que, em todos os casos em que houvesse superávit financeiro, V.Exa. colocaria obstáculos para que viesse a plenário. A nobre Deputada Laura Carneiro apela para a sensibilidade de V.Exa., tendo em vista a grande dificuldade e a importância para o Estado do Rio de Janeiro do Projeto nº 95. Eu disse que V.Exa., sensível como é, irá analisar.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o meu assunto refere-se ao PL nº 47. Eu havia pedido a retirada desse projeto da lista porque o Relator, o nobre Deputado Pedro Celso, não se encontrava em plenário. S.Exa. havia proferido um parecer correto, porém, a partir de determinadas análises enviados a ele, o seu parecer sofreu alguns ajustes. Sabedor disso, apesar de esse projeto estar no acordo geral do Deputado Giovanni Queiroz, do Deputado José Carlos Aleluia, pedi, em nome do PT, a sua retirada. Com a presença do Deputado Pedro Celso, pediria que V.Exa. reconsiderasse a inclusão do PL nº 47.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência atenderá o pedido feito pelo nobre Líder Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero dizer à Deputada Laura Carneiro que vou analisar o seu pedido com carinho.

Quanto ao PL nº 47, o PDT não tem obstrução a fazer. Quero só pedir a V.Exa. que, cumprido o Regimento, votado o PL nº 47, encerre a reunião, porque a sessão do Senado já está no período da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, a Presidência já ia encerrar a reunião, mas como o nobre Deputado Virgílio Guimarães propôs a reinclusão desse projeto e como havia entendimento nas duas listas, essa Presidência decidiu não fazê-lo.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 47/2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Relator: Deputado Pedro Celso.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a princípio levei em consideração e acatei as emendas apresentadas pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, mas depois chegaram-me informações do Ministério do Trabalho e da FUNDACENTRO, no sentido de que as emendas não tinham razão de ser, porque o que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

se estava fazendo era tão-somente complementar o orçamento da FUNDACENTRO, repor alguns valores que foram retirados.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer e o nosso voto é pela aprovação do projeto sem as emendas, no original, como chegou a esta Comissão.

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos reformulando neste momento o nosso voto, pois acatamos anteriormente as emendas do nobre Deputado Virgílio Guimarães, mas, com as informações que nos chegaram, vimos que não era possível aceitar as emendas ao projeto.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do projeto conforme chegou a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Pedro Celso não mais pelo substitutivo, mas pela forma original, como veio do Executivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Deputado Pedro Celso permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Deputado Pedro Celso permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado.

Esta Presidência vai encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero verificar a possibilidade de votarmos também o PL nº 51, relatado pelo Deputado Jorge Bittar.

Consulto os Srs. Líderes se poderíamos votar também o PL nº 51. O Relator Jorge Bittar está presente, e o projeto não tem superávit primário na sua fonte.

Seu relatório só foi entregue hoje. Por isso não entrou no acordo. Portanto, faço consulta aos Srs. Líderes sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O nº 51...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não está na lista.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não há acordo sobre o PL nº 51.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há acordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Vamos colocar o projeto em votação. A quem não agradar, há o recurso de pedir verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero dizer que, no começo da votação, fiz um acordo com a Presidência no sentido de que iríamos votar, sem nenhuma obstrução, os projetos que foram votados. Portanto, espero que a Mesa cumpra o acordo que foi feito e não submeta nenhum projeto à votação sem acordo. Certamente seria necessário pedir verificação, e eu não gostaria de fazer isso na medida em que fizemos um acordo. Se não houvesse o acordo, eu teria pedido verificação de voto no primeiro, e não agora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, retiro então o pedido de colocação em pauta desse projeto e solicito aos Srs. Líderes que analisassem a possibilidade de ele poder ser incluído. Ele não foi avaliado porque o relatório não estava pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – **Data venia**, ontem esse processo não foi avaliado porque não estava pronto o relatório. Mas como há questionamento, e eu não participei do início da reunião, quando teria havido esse entendimento, vou consultar a Sra. Secretária. Se houve esse entendimento, a Presidência respeitará; senão, a Presidência colocará o projeto em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência apenas vai responder ao nobre Deputado Aleluia, nobre Deputado Giovanni. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa.

A Secretária confirma que houve entendimento. Seriam votados apenas aqueles projetos constantes dessa enumeração. Esta Mesa manterá a decisão assumida pelo Presidente efetivo da Casa.

Com a palavra V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu queria dizer aos companheiros que, às vezes, alguns podem não estar entendendo o porquê da obstrução que fazemos a projetos cuja fonte de receita seja superávit financeiro. Eu queria deixar claro que essa posição vai ao encontro dos anseios de todos os Parlamentares.

Se aprovado qualquer crédito com superávit financeiro, ele vai autorizar ao Governo o corte ou a não-realização do Orçamento nas emendas de Parlamentares ou nas emendas de bancada. Automaticamente, ao votarmos qualquer projeto cuja fonte seja superávit financeiro, vamos alterar o superávit primário, e o Governo então fica à vontade para não cumprir o Orçamento, que é autorizativo, ou para manter o contingenciamento, em prejuízo de todos nós, que brigamos neste momento para incluir no Orçamento recursos a mais para os nossos Estados.

Eu quero deixar claro para os companheiros que minha posição é em defesa da Casa, do Congresso Nacional, em defesa de um Orçamento que deveria ser mandatário, impositivo. Lamentavelmente, não o é. Por isso, permite as manobras de Governo, que encaminhou 6 bilhões de reais com créditos oriundos do superávit financeiro, o que significa atropelar e cancelar 6 bilhões de investimentos autorizados no Orçamento. Seis bilhões serão cancelados.

Então, não teremos a realização do Orçamento em 6 bilhões de reais porque nós mesmos estamos autorizando o superávit financeiro.

Sr. Presidente, quis explicar ao grupo e a todos que minha posição é em defesa de nós todos. Não é o PDT, somos nós todos que estamos em jogo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, nós conhecemos bem sua posição, a respeitamos, e muito, e até concordamos com ela, mas a partir de amanhã devolveremos tudo ao Plenário. Todos os projetos que estão em pauta serão decididos no plenário.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães. Em seguida, falará o nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. manifestou a intenção de suspender a reunião e convocar outra para amanhã.

Há uma série de questões conceituais, outras práticas, como, por exemplo, o Banco do Nordeste, que nos aflige a todos.

Nós estamos fazendo um grande empenho e discutindo, inclusive com o Governo, a respeito das negociações de emenda.

Creio que há um espaço, sem querer alterar a decisão de V.Exa. no que se refere ao Comitê de análise dos PLs, porque ele já fez o seu trabalho de mérito. Mas os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

partidos, sobretudo os que estão fazendo obstrução, poderiam realizar um encontro agora.

Sr. Presidente, ao invés de V.Exa. transferir a reunião para amanhã ou até encerrá-la, como reivindicou o Deputado Giovanni Queiroz, e para não ferir sequer esse intuito do Deputado Giovanni Queiroz, sugiro a V.Exa. que convoque outra ainda para hoje. Há espaço para isso, às 19 horas. Todos estão aflitos para encerrar os trabalhos de maneira mais completa.

Não consultei o Deputado Giovanni Queiroz, mas tenho certeza de que não haverá obstáculos de sua parte para que se suspenda a reunião, retornando aos trabalhos no mesmo dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Haverá obstáculo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Para hoje mesmo?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só para amanhã.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Suspensão para um espaço de negociação?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Agora há Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Suspende-se a reunião imediatamente e retoma-se depois da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Seria melhor encerrar esta reunião e convocar outra para amanhã, com vinte e quatro horas de antecedência.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Minha proposta é diferente, Deputado Giovanni Queiroz. Que possamos suspender a reunião agora, porque há Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E voltarmos após a sessão?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Esse procedimento é normal, Deputado Giovanni Queiroz. Voltaríamos ainda hoje, após a Ordem do Dia. Isso não fere nenhum princípio regimental.

Sr. Presidente, essa é a sugestão que encaminho a V.Exa. e ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, não podemos aceitar obstrução por antecipação. A obstrução tem de ser feita aqui, com a matéria em votação. Isso quanto à convocação de reuniões posteriores.

O Líder Virgílio Guimarães dá uma contribuição a mais, tentando abrir novo espaço para a negociação — norma no Parlamento. Estamos inteiramente de acordo com a sugestão apresentada por S.Exa. e apelamos para o Deputado Giovanni Queiroz no sentido de que concorde com a proposição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que a havia solicitado.

Em seguida falará V.Exa., Deputado José Carlos Aleluia.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, temos mais o Crédito nº 28, que estava na pauta do Congresso Nacional da semana passada e diz respeito à capitalização do Banco do Nordeste e do BASA. Esse crédito foi motivo de requerimento de audiência pública, atendido por esta Comissão ontem, com a presença do Presidente do Banco do Nordeste. Essa era a exigência para que votássemos o crédito, que ele viesse e desse suas explicações.

O Deputado José Pimentel apresentou proposta para fazermos um acordo e está sendo consultada a Secretaria do Tesouro Nacional sobre essa matéria.

Peço ao Presidente, depois de ouvir outros Parlamentares, que nos dê um retorno, antes de encerrar ou suspender esta sessão, a fim de analisarmos a possibilidade de já termos feito o entendimento para votação do PL nº 28, que é muito importante para a capitalização desses dois bancos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência vai tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Um minuto, nobre Deputado, o Deputado José Carlos Aleluia havia solicitado a palavra antes, em seguida passarei a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, em relação à proposta do Deputado Virgílio, nós, do PFL, não faríamos nenhuma objeção a que fosse suspensa a sessão a fim de dar espaço para negociação, com uma condição: que se



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

mantivesse o compromisso original que V.Exa. ratificou agora, de que não seria votado nada que não fosse objeto de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como muito bem registrou o Vice-Líder do Governo, estamos fazendo uma série de tratativas sobre o PL nº 28, que foi objeto de audiência pública ontem e diz respeito especificamente ao Banco do Nordeste do Brasil.

Quanto ao BASA, estamos de pleno acordo com o projeto de lei, uma solicitação feita pelo Executivo.

No que se refere ao BNB, o montante de recursos é da ordem de 2 bilhões e 556 milhões de reais. Esse é o montante do PL que o Executivo nos encaminhou.

Na audiência de ontem, o Sr. Presidente do BNB declarou que o Banco necessita de 2 bilhões e 100 milhões de reais e fez a quantificação dos valores.

Indaguei ao Sr. Presidente do BNB o porquê dessa diferença de 2 bilhões e 100 milhões para 2 bilhões e 556 milhões, ou seja, uma diferença de 456 milhões de reais. O Banco nos disse que supunha que essa diferença fosse para pagar juros e correções, mas não podia afirmar, porque não tinha os dados sobre isso.

Disse-nos também que entre os 2 bilhões e 100 milhões há um montante de 300 milhões de reais, que diz respeito às operações feitas pelo Banco, a partir de dezembro de 1998 para cá, com a linha chamada FNE, que é o fundo constitucional.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O Banco emprestou, no período de dezembro de 1998 até junho de 2001, a quantia de 1 bilhão e 500 milhões de reais, e desse montante, diz o Banco, está aprovacionando 600 milhões. Ou seja: de 1 bilhão e meio está aprovacionando 600 milhões, por ter informaçõs de que alguns clientes do Banco tiveram, em operaçõs com outros bancos, cheques especiais bloqueados ou o não-pagamento de juros. E, como numa política de boa seguranga bancária, resolveu aprovacionar 600 milhões, sendo 300 milhões de risco direto do Tesouro.

A Medida Provisória nº 2.196 autoriza debitar diretamente ao Tesouro, sem passar pelo Congresso Nacional, 300 milhões, que é risco do Banco, que precisava estar no projeto. E tem plenas condições de recuperar esses 300 milhões.

Traduzindo: o Banco nos informou que precisa imediatamente de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Nós estamos propondo aprovar 1 bilhão e 800 milhões de reais e liberá-los imediatamente, e aprovar também os 756 milhões remanescentes, e condicionar sua liberaçãõ à escrituraçãõ no balanço do Banco, para mostrar transparência à sociedade e ao Congresso Nacional.

É o que estamos acordando com a Liderança do Governo, com o Ministério competente, e com a Oposiçãõ, para que possamos ter um projeto unificado, diretamente com o Secretário Fábio Barbosa, a fim de possamos ter uma votaçãõ unânime e, assim, resolver a pendência do BASA e do BNB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Vamos acatar a sugestãõ do nobre Deputado Virgílio Guimarães, corroborada e referendada pelo Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em seguida darei a palavra a V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz, e suspenderei a presente reunião...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Eu estou falando, nobre Deputado, que darei posteriormente a palavra a V.Exa..

Em seguida, vou suspender a reunião e daremos continuidade aos trabalhos após a Ordem do Dia.

Espero que haja esse entendimento, solicitado pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, juntamente com os nobres Deputados José Carlos Aleluia e Giovanni Queiroz. Tendo em vista o entendimento feito pelo Presidente Senador Carlos Bezerra, e não por mim — estamos aqui eventualmente substituindo-o —, vamos mantê-lo.

Traremos para votação, na parte da noite, os entendimentos que foram iniciados e aqueles que puderem ser ampliados. O de nº 28 já estava na relação que o nobre Deputado José Carlos Aleluia me havia entregue. E agora, com esses esclarecimentos, o submeteremos à votação.

Amanhã a pauta virá completa — para o conhecimento de todos os Srs. Deputados —, será discutida e votada. Quem quiser pedir verificação que o faça, e o Plenário decidirá.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já acatando a decisão de V.Exa. de suspender a reunião, mas antes, atendendo ainda ao apelo do novo Líder do Governo, Virgílio Guimarães (*risos*), quero dizer a V.Exa. que não é o procedimento do...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Do futuro Governo, pelo que entendi.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas, de qualquer forma, vamos acatar. E voltaremos, até porque está na hora de votarmos o Carajás. Então, convoco a todos para estarmos juntos na votação do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - É por isso que peço a compreensão de V.Exa.

Meu voto está assegurado a V.Exa. há muito tempo, no Plenário do Congresso, para exatamente o Estado de Carajás...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Eu peço a V.Exa. que não vote com o Governo, mas que discuta, permaneça aqui, e não peça só a quebra do número regimental.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero lembrar que o BASA está em votação também, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Para encerrar, com a palavra o nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, milhares de sertanejos alagoanos estão aguardando a simples leitura de ofício do Tribunal de Contas da União que diz que a empresa que está executando a obra está correta. É uma simples leitura. Então, não posso entender qualquer acordo de Lideranças que não seja sensível a esse tipo de apelo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Integrando o Bloco e liderando o PST, gostaria que o Deputado José Carlos Aleluia, que está falando em nome do Bloco, lutasse para a inclusão da simples leitura deste documento — é uma simples leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, não é uma simples leitura. Seria a discussão, votação aqui e votação em Plenário .

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas o apelo de V.Exa. é procedente, e fica também estendido aos Líderes para que analisem esse caso.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está suspensa a reunião, até o término da Ordem do Dia.

(A reunião é suspensa.)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Extraordinária	Nº: 001597/01	DATA: 12/12/01
INÍCIO: 21:53	TÉRMINO: 21:56	DURAÇÃO: 00:03
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:03	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1
REVISORES: LEINE		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: ELIANA RAMAGEM		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Reabertura e suspensão da sessão.

OBSERVAÇÕES



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lael Varella) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Devido ao adiantado da hora, vamos suspender a reunião e convocar outra para amanhã, quinta-feira, dia 13, às 10h.

Está suspensa a reunião.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 001601/01	DATA: 13/12/01
INÍCIO: 10:34	TÉRMINO: 11:58	DURAÇÃO: 01:24
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01:27	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 18
SUPERVISÃO: MYRINHA, NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: GILZA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate acerca da capitalização do Banco do Nordeste e do BASA. Aprovação do relatório do Deputado João Almeida. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 29, de 2001, de que constam os relatórios apresentados a todos os projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão, e da Pauta nº 30, de 2001, de que constam os relatórios apresentados sobre a execução orçamentária de subtítulos e requerimentos remanescentes das pautas anteriores. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa., Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem. Peço que esta Presidência nos informe qual a pauta desta sessão que dá continuidade à de ontem, a que V.Sa. não esteve presente; foi o Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, que a presidiu, e havia um acordo em relação a uma lista de doze projetos de lei, doze PLs, que havia sido feita pela Liderança do PFL nesta Comissão, e que eu, como Líder do PL na Comissão de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, também acatei. Como não havia coincidência com outras listas, como a da Liderança do PDT, só pudemos apreciar cerca de seis projetos; então, eu gostaria que a Presidência me informasse realmente qual seria a pauta em objeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. autoriza a Comissão a votar seis projetos?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. usou o verbo correto: havia um acordo; não há mais. O acordo acabou.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - O acordo acabou?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Por isso, a Mesa está apresentando a pauta normal, na ordem numérica crescente, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Então V.Exa. está informando que a Mesa vai seguir a ordem normal, sem depender de acordo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Sim, porque as outras partes não concordaram. O acordo não existe mais, não por conta da Mesa, mas por conta de outras Lideranças que não concordam com ele e entendem que se deve votar normalmente, como determina o Regimento da Comissão.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Seria produtora, para não haver a busca de artifícios regimentais, que se votassem pelo menos os projetos que estavam acordados entre as Lideranças do PFL e do PL. Creio que seria mais produtora. Mas, se V.Exa. quer seguir a ordem crescente dos PLs, como se não houvesse o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A matéria está prejudicada, Deputado. Designamos um comitê para selecionar isso, para fazer o acordo, em nome da Presidência. Infelizmente, o PFL não concordou com a lista do comitê, e agora os outros Líderes estão pedindo que se siga a pauta normal. Então, não há acordo. Isso que estávamos fazendo é anti-regimental, e só poderia ser feito se todos estivessem de acordo; como não há acordo geral, o que tenho de fazer é cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, fomos informados de que haverá uma convocação do Congresso, até porque a PEC das contribuições de intervenção no domínio econômico foi promulgada em uma sessão do Congresso realizada anteontem, cerca de 23h, e, portanto, já está apta a ser regulamentada, por uma lei que vai ser votada na Câmara e no Senado ainda este ano. Há uma série de assuntos pendentes que vão ser motivo de convocação. Então, a pressa que tínhamos na Comissão existe, mas não é fatal, porque todos os PLs serão naturalmente incluídos, sem exceção, nessa convocação, eu acredito. E é evidente que o Governo não tem a intenção de votar hoje. O Líder do Governo não está aqui. O Deputado Pimentel informou-me que a questão do BNB não mereceu sequer um retorno, nem para dizer não. Fui informado agora de que a liberação dos recursos do Ministério dos Transportes, para cuja execução orçamentária o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já autorizou limite, pelo



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

que estou informado por terceiros, mas também não mereceu um retorno por parte do Governo, nem do Líder, nem do Ministro dos Transportes interino, a questão da execução orçamentária do ramal Calafate—Barreiro, que já foi alvo de negociações, de promessas solenes e tudo o mais. Portanto, não me sinto em condições de votar, sobretudo em uma reunião em que está evidente que os demais Parlamentares também não têm intenção de votar, caso contrário estariam presentes aqui. Não percebo esse desejo nem por parte do Governo, nem por parte da maioria dos Parlamentares.

Assim sendo, com a consciência tranqüila, por saber que teremos tempo hábil semana que vem, sugiro que esta reunião seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado Virgílio Guimarães, quero dizer a V.Exa. que temos a obrigação de votar aqui a matéria, de decidir, independentemente da posição do Poder Executivo. É um dever nosso. Não estamos fazendo favor a ninguém. Os projetos estão aí, são todos de interesse público, e temos de votar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sim, Sr. Presidente, mas V.Exa. pode, de ofício, declarar a inexistência de **quorum**, que é visualmente constatável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Exato. Havia um acordo; o comitê selecionou alguns PLs que seriam prioritários; esse acordo não foi cumprido, e por isso estou seguindo a pauta normal. Se quiserem que seja suspensa a sessão, tudo bem, suspenda-se a sessão, mas vou insistir, porque acho que é dever nosso votar. Há aqui matérias que são fundamentais, que são de grande importância, matérias relativas à saúde, à educação, à área social, e quanto mais se atrasarem aqui, mas difícil se torna a execução desses PLs. Para o Governo, isso até é bom, pois ele acaba reservando esse dinheiro para o superávit do FMI, mas acho que é ruim para nós Parlamentares, é ruim para o Legislativo, é ruim para a Nação, porque, em não sendo aprovados os projetos, o dinheiro vai para o caixa do Governo, para ajudar a pagar os banqueiros e ajudar a conseguir o superávit que o FMI quer. Portanto, acho que o que estaríamos fazendo aqui seria um contra-senso.

Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, as ponderações de V.Exa. são precisas. Precisamos votar. Aliás, estou vendo aqui que temos aqui um pauta extensa, com uma grande quantidade de projetos de lei.

Agora, tenho uma indagação a fazer a V.Exa. Posicionei-me ontem contra o pinçamento aleatório de projetos dentro de uma pauta já acordada por uma comissão de Parlamentares. Sou contrário a isso. Mas, se vamos seguir a pauta normal, indago a V.Exa. qual é o primeiro item que consta da pauta normal desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Milton Monti, como havia dificuldades políticas, criamos um comitê interpartidário para ver o que seria possível encaminhar. Só que esse acordo não funcionou, de modo que esta Mesa retorna à pauta normal, em que o primeiro PL a ser apreciado é o de nº 28, de acordo com o cronograma que a Mesa tem de respeitar e de acordo com o Regimento, e é ele que vou colocar em apreciação. O Relator é o Deputado José Priante, que está ausente. Portanto, peço ao Deputado João Almeida que se pronuncie como Relator **ad hoc**.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado João Almeida, para brevemente apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este PLN é da maior importância, especialmente para a Amazônia e o Nordeste, porque garante, pelo aumento de capital dos bancos da Amazônia e do Banco do Nordeste, a liquidez indispensável inclusive para preencher condições estabelecidas pelo Acordo de Basiléia. Ele tem todas as condições de ser aprovado. No entanto, o Deputado José Pimentel, com base em uma declaração que fez ontem aqui o Sr. Presidente do Banco em uma audiência pública, apresentou uma emenda de plenário que altera a distribuição do capital proposto para o Banco do Nordeste.

Essa proposta feita ao Governo, de alterar essa distribuição, a integralização proposta do capital, embora não o valor, ficou a merecer uma resposta do Governo, situação em que o PT votaria favoravelmente. Assim sendo, Sr. Presidente, apelo para V.Exa no sentido de que, concordando o Plenário, retiremos esse projeto de pauta para então apreciá-lo depois dessa notícia, porque, sem dúvida nenhuma, o voto está exarado aqui favoravelmente. Eu vou lê-lo, embora o início do processo de votação possa dificultar depois o entendimento, e a votação possa até levar ao insucesso dos créditos, nos termos como estão propostos — mas fica a critério de V.Exa. e do Líder do PT se haveria condição de acatar essa situação. E não temos aqui a presença do Líder do Governo, do representante do Governo aqui na Comissão, para definir essa posição.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, havendo por parte do Relator **ad hoc** o acolhimento da emenda, votaríamos o relatório, e ficaria, portanto, automaticamente aprovado o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eu quero informar que no final da tarde ontem recebi fax do Sr. Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, com o seguinte teor: "Esclareço que minhas informações foram seguidas de debates, ficando demonstrada a necessidade da capitalização do Banco da Amazônia no valor de um 1 bilhão e 8 milhões, e do Banco do Nordeste no valor de 2,56 bilhões, conforme estudo do Ministério da Fazenda, como condição para o atendimento do acordo de Basiléia e do crescimento de suas aplicações no Norte e no Nordeste do Brasil".

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, o Sr. Presidente do BNB esteve nesta Comissão anteontem, apresentou por escrito o valor de 2 bilhões e 100 milhões de reais — isso está nos arquivos desta Comissão —, e agora vem outro ofício! Alguém está faltando com a verdade. Como se trata da mesma pessoa, a dúvida é: é válido o que ele declarou de público aqui na última terça-feira, ou é válido esse fax que agora nos envia?

E o que ele declarou? V.Exa. pode consultar as notas taquigráficas. Está gravado, e registrado por escrito, também, porque ele apresentou inclusive a planilha, mostrando que precisava de 2 bilhões e 100 milhões. E a diferença para 2 bilhões e 556 milhões ele supunha que fosse referente a juros que o Ministério estava liberando para o Banco, mas não tinha certeza. Essas são as palavras textuais que foram aqui declaradas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O que estamos propondo para acordo, Sr. Presidente? Estamos propondo aprovar todo o crédito do BASA — não se discute essa questão; estamos propondo aprovar todo o crédito do BNB, os 2 bilhões, 556 milhões de reais, sendo liberados imediatamente 1 bilhão e 800 milhões, e os 756 milhões remanescentes ficam condicionados à escrituração em balanço desses valores, para que a sociedade possa saber a sua aplicação. Portanto, a Comissão aprovaria o montante de 2 bilhões e 556 milhões, e o que estamos pedindo é apenas que uma parte, esses 756 milhões, por não estar esclarecida por parte do banco nem no PL sua aplicação, pelo menos no balanço do banco fique registrada, e não seja apenas, digamos assim, colocada no montante sem que esta Casa e a sociedade saiba onde isso será escriturado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado João Almeida, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, chegam às minhas mãos agora, um pouco atrasadas, naturalmente, as justificativas apresentadas pelo Deputado Pimentel Gomes para sua proposta de redação, que foi apresentada e submetida ao Governo, ao Ministério da Fazenda, para ser comentada. Se V.Exa. permitir, eu poderia ler aqui esse documento, ou pediria algum tempo para que o Deputado Pimentel possa fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ainda vamos discutir, e há outros Deputados inscritos; haverá tempo para que ele leia.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Para discutir o tema?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Então, vou ler o relatório, V.Exa. passa à discussão, e enquanto isso eu tento conversar com o PT. Está certo?

Vou pronunciar o voto:

Sobre o pleito em questão, cabe destacar que a LDO 2001 dispõe, em seu art. 54, que:

Art. 54. A Lei Orçamentária não poderá incluir (...)

Dessa forma, verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere ao Plano Plurianual ou à LDO.

Ressaltamos também que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Finalmente, vemo-nos obrigados a rejeitar a emenda oferecida ao projeto em epígrafe, malgrado seus nobres propósitos, devido à urgência necessária para a capitalização das instituições financeiras a que se refere o crédito especial.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, favorável, portanto, à aprovação do Projeto de Lei nº 28/2001-CN, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em discussão.

Para discutir, com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, primeiro orador inscrito.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho mantido diálogo aberto com o Deputado Pimentel e compreendo perfeitamente as preocupações dele em relação à capitalização do Banco do Nordeste. Mas quero chamar a atenção dos nobres colegas, com relação ao propósito do Governo de capitalizar o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, para o fato de que esse estudo passa pelo Comitê das Instituições Financeiras federais, onde se procura, ao longo do tempo, numa discussão profunda que está existindo entre os bancos, seus acionistas e o Governo, por intermédio próprio do COMIF, por medidas saneadoras, procurando desenhar o papel e a função desses bancos públicos federais.

É certamente louvável e sobretudo apreciável essa grande iniciativa do Governo de buscar um instrumento governamental que possa desempenhar esse papel nas regiões do Nordeste e da Amazônia. Ocorre, Sr. Presidente, que essa medida não pode mais ser retardada. Precisamos votar esse PL, que está com parecer favorável do Relator. Precisamos votá-lo, porque o Banco Central do Brasil exige, tanto do Banco do Nordeste quanto do Banco da Amazônia, o ajuste a essas medidas. E certamente, ao buscar o ajuste sem a capitalização, esse projeto vai virar o PL desses bancos, que vão ter afetado o que há de mais nobre numa instituição financeira: a credibilidade — e isso sem dizer que o banco não vai poder aplicar seus recursos do fundo constitucional e aqueles captados no mercado.

Ocorre também, Sr. Presidente, que, a par dessa capitalização, traria para o campo do saneamento todas essas obrigações, inclusive as operações de risco compartilhado pelos bancos e Governo. Mas, se não houver a capitalização, se fosse um banco privado, certamente ele iria para a liquidação. É extremamente grave o que se levanta aqui. Mas, como se trata de um banco público, tenho certeza de que não vai para liquidação; o PL vai ficar virado, mas os depositantes certamente vão retirar seus depósitos do banco. Eles não vão compreender esse processo. Então, eu imagino que deveríamos observar uma nota técnica que tenho aqui e que posso passar ao Relator e ao Deputado José Pimentel. Ela é um pouco longa; eu poderia lê-la aqui, mas vou passá-la a V.Exa., Sr. Presidente. É uma nota técnica que objetiva dar satisfação inclusive sobre a emenda de Plenário proposta pelo Deputado José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. pode passar a nota técnica para a Presidência.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vou passar, e peço a V.Exa. e aos colegas que busquemos esse termo conciliatório aqui e votemos esse projeto agora, não vamos deixar para depois. E votemos da forma como está aqui, para o fortalecimento dessas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, em especial Deputado José Pimentel, autor da emenda ao projeto, estamos há vários dias discutindo um interesse que me parece óbvio, mas não quero tirar o direito do Deputado José Pimentel de discutir; tenho absoluta certeza de que ele tem os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

melhores propósitos em relação ao BNB, porque é nordestino e não poderia ser contra o banco, assim como nenhum de nós.

O Deputado José Pimentel propôs a vinda do Presidente do Banco do Nordeste, e o Presidente acolheu seu pedido, veio aqui e prestou todos os esclarecimentos necessários; o Governo é que demorou a enviar a nota técnica, que acaba de chegar. Peço ao Deputado José Pimentel que examine com calma essas observações do Tesouro Nacional, para que possamos retirar a questão do BASA e do BNB das demandas que estão envolvidas nesta Comissão. Poderíamos muito bem fechar a semana aprovando esse projeto.

Quero louvar, portanto, a atitude do PT de retirar a obstrução para votar o projeto do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. Quero dizer que apoiamos a votação do projeto, e tenho a absoluta certeza de que o BNB continuará prestando os esclarecimentos que deseja o Deputado José Pimentel. E quero dizer mais: é também meu desejo que as coisas sejam transparentes, Deputado José Pimentel, e estou ao seu lado nessa luta. Só que o ano está avançando, o Banco precisa promover assembléias, reuniões, e poderemos colocar em risco o aumento de capital dos dois bancos se não aprovarmos hoje o projeto. Faço um apelo ao Deputado Pimentel, comprometendo-me a estar ao seu lado, no que se refere à transparência e à abertura do Banco, que é uma peça importante para o desenvolvimento do Nordeste.

Deputados José Pimentel e Virgílio Guimarães, este é o apelo de quem tem estado ao lado de V.Exas. nesta luta pelo esclarecimento dos negócios do Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr.

Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO - Sr. Presidente, Srs. e Sras.

Parlamentares, este fato que ora nos ocupa evidencia a essência da vida democrática nesta Casa, mas não posso deixar de revelar a minha perplexidade em face deste acontecimento.

Temos um projeto de lei de origem do Governo para cumprir resoluções do Banco Central, para atender ao Acordo de Basiléia. No primeiro instante houve a solicitação da indispensável presença do Presidente do Banco, que aqui esteve e prestou os esclarecimentos; agora sobrevem uma outra exigência!

Quero, nesta oportunidade, e com muita tranqüilidade, fazer justiça, porque conheço de perto o Deputado José Pimentel, e sei da sua seriedade. É um Deputado combativo em favor da transparência. Compartilho das suas idéias, das suas intenções, dos seus propósitos, e vou continuar procurando associar-me a ele. Mas, sinceramente, acho indispensável darmos ao Banco do Nordeste o mesmo direito de todos os bancos oficiais. O procedimento do Governo em relação ao Banco do Brasil, em relação à Caixa Econômica Federal, em relação ao BASA, deve ser o mesmo em relação ao Banco do Nordeste.

Por isso, mesmo somando-me ao Deputado José Pimentel de uma forma intransigente, em busca da transparência, da correção dos procedimentos do setor financeiro, não posso, de forma alguma, deixar de estar ao lado de toda a Região nordestina, que precisa de um banco capitalizado, capaz de prestar os serviços que a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

conjuntura econômica exige, principalmente os serviços indispensáveis ao combate efetivo à desigualdade.

Neste instante, peço ao Partido dos Trabalhadores e ao Deputado José Pimentel que façamos justiça ao Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos continuar a discussão. O próximo inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota. Entretanto, como tenho de ir ao Senado para participar de votação nominal, antes de continuar a discussão, convido o Deputado Virgílio Guimarães para assumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Com votação, Sr. Presidente, a decisão é clara; se há votação lá, não há condições de votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não sei se a votação já começou. Provavelmente. A votação está marcada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - *(Risos.)* Porque, se houver votação no Senado, vamos tornar sem efeito a votação aqui. O Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Aécio Neves, foi claro. Se tornarmos sem efeito uma votação da Comissão, todos vão achar ruim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Gilmar Machado, não houve ainda a sinalização do início da votação, mas devo ir ao Senado marcar presença e preparar-me para a votação. Por conta disso, passo a Presidência da Comissão ao ilustre Parlamentar de Minas Gerais, o Deputado Virgílio Guimarães, que melhor do que eu vai comandar os trabalhos aqui.

O Deputado Gonzaga Patriota está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Srs. Presidentes, Senador Carlos Bezerra e Deputado Virgílio Guimarães, serei breve nesta intervenção.

Tenho acompanhado aqui o trabalho do eminente Deputado José Pimentel, inclusive quando levantou os problemas que desencadearam o fechamento da SUDENE, por uma fraqueza do Governo. Um mal como a corrupção na SUDAM ou na SUDENE não poderia fechar órgãos tão importantes como aqueles. E tenho acompanhado também o trabalho de José Pimentel no que diz respeito aos problemas do aumento de capital do Banco do Nordeste. No entanto, em nome do Bloco PCdoB/PSB, gostaria de dizer que me associo ao Deputado José Pimentel, ao Partido dos Trabalhadores a muitos outros Parlamentares nessa preocupação.

Por outro lado, estranho quando vejo o Governo dispor-se a ajudar um banco oficial, porque o que o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso tem feito nos últimos anos é encher os cofres dos bancos particulares, é levar por meio do PROER recursos para bancos quebrados. Mas nesta hora em que o Governo quer ajudar o Banco do Nordeste — e nós estamos atentos, e vamos permanecer atentos para que esse aumento de capital possa fortalecer o desenvolvimento da Região Nordeste ou da Região Norte — é que gostaria de dizer que o Bloco PCdoB/PSB reitera seu apoio a esse projeto. E quero dizer aos colegas Deputados que, para a aprovação desse projeto, obviamente as



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

reservas que se fazem aqui, tanto o PT como os demais Parlamentares, são no sentido de que nós fiscalizemos a aplicação desse novo capital aumentado no Banco do Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente Virgílio Guimarães, gostaria de dizer a V.Exa. que o Bloco PCdoB/PSB apóia esse projeto, obviamente como está, no relatório, uma vez que não podemos mudá-lo, e ainda pede que V.Exa. abra a pauta de projetos de lei aqui, para que terminemos, se Deus quiser, ainda hoje a votação desses projetos que estão parados exatamente por causa do problema do Banco do Nordeste e do Aeroporto de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, o nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, quero registrar que, se existem no Congresso Nacional partidos que têm compromisso com o desenvolvimento regional, um deles é o Partido dos Trabalhadores. O que nós não podemos aceitar é que, por conta dessa política de desenvolvimento regional, se jogue dinheiro fora. É esse o debate.

O que nós estamos propondo é aprovar integralmente e sem discussão o dinheiro do BASA, de capitalização, e estamos propondo aprovar integralmente o dinheiro de capitalização do BNB, no valor de R\$ 2.556.218.000,00, que é o valor solicitado pelo Ministério da Fazenda. O que nós estamos pedindo é apenas que o valor de 1,8 bilhão de reais, parcela que o Banco, quando esteve aqui, anteontem, mostrou que está toda escriturada, libere-se imediatamente, e a parte que o próprio Banco declarou não saber a origem, os 750 milhões e 218 mil, seja lançada no balanço do Banco, para dar transparência ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. É só isso. Estamos aprovando totalmente.

Não coloquem sob a responsabilidade do PT essa questão, porque não cabe. A discussão toda é: não se quer dar transparência à aplicação dos recursos, e nós não podemos concordar com isso, e acredito que ninguém neste Congresso possa concordar com uma situação dessas.

Portanto, apresentamos a minuta por escrito, e existe um questionamento técnico sobre a parte final a ser assumida pela União. Nós retiramos isso, e ficaria a seguinte redação: R\$ 2.556.218.000,00 destinados à participação da União no capital do Banco do Nordeste do Brasil S.A., assegurando-se a liberação imediata de 1,8 bilhão de reais, ficando a liberação da quantia de R\$ 752.218.000,00 condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisões previstas na legislação bancária, crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas e previdenciárias, ponto. Isso resolve a questão técnica que é apresentada.

Com isso aqui, nós votamos por unanimidade, atendemos o que pedem todos os Congressistas e asseguramos ao Congresso Nacional apenas uma coisa: a escrituração dos valores que estão sendo lançados. Apenas isso, e nada mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Peço a palavra apela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não, Deputado João Leão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de levar à consideração dos companheiros do PT o fato de que essa emenda do Deputado José Pimentel seria perfeitamente válida, não fosse uma única questão. O que acontece? Esses recursos destinam-se ao aumento de capital do Banco do Nordeste. Como é que se vai fazer uma reunião de diretoria no Banco do Nordeste para aumento de capital com recurso bloqueado? Não se vai aumentar o capital do banco. Ele está bloqueado! Da maneira como está a emenda do Deputado, o recurso fica bloqueado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Mas é lógico que fica bloqueado. Ele quer que fique a liberação da quantia de 753 milhões etc. condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisão etc.

Que dia é hoje, gente? Isso vai ser votado em plenário na próxima semana. Nós vamos para o final de dezembro. Então, nós vamos condicionar uma despesa, e vai ser impossível fazer o aumento de capital do banco! E eu não acredito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nobre Deputado João Leão, há oradores inscritos. Se V.Exa. preferir, posso inscrevê-lo. Conclua a questão de ordem, Deputado. Há oradores inscritos e poderei inscrever V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Então peço que me inscreva, meu caro Presidente. Isso muito me honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. A Mesa agradece, e passa imediatamente a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero aqui solidarizar-me com todos aqueles que desejam, naturalmente, a transparência, mas que, acima de tudo, querem que o Banco do Nordeste cumpra o seu papel. E uma das alternativas que se apresenta é essa capitalização que o Governo Federal neste momento oferece ao BASA e ao Banco do Nordeste. Então, creio que, se possível, devemos acatar aquelas emendas que estabeleçam os limites específicos, mas não vamos deixar passar essa oportunidade e deixarmos de aproveitar um momento tão valioso para o Banco do Nordeste e para o Nordeste do Brasil, para as regiões onde o Banco do Nordeste atua, inclusive o Vale do Jequitinhonha e o norte de Minas Gerais, carentes às vezes de um determinado apoio exatamente por problemas menores.

Apelo aqui, em nome do PPB, no sentido de que apoiemos esse projeto e o votemos, ressalvando, naturalmente, aquelas observações e emendas que não vão ferir a viabilidade normal do programa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acho que essa questão do Banco do Nordeste interessa a todos nós dos nove Estados da Região. Esse projeto representa um grande avanço naquilo que todos aqui desejam — principalmente os partidos que fazem objeção a essa aprovação —, que é,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

evidentemente, capitalizar o Banco para que ele possa vencer os desafios como órgão de desenvolvimento daquela região.

Endosso as palavras dos companheiros, fazendo um apelo ao companheiro José Pimentel, cuidadoso Parlamentar que tem feito da sua vida nesta Casa um verdadeiro sacerdócio na busca da melhor aplicação dos recursos públicos. Estou seguro de que quando ele, na semana passada, solicitou a presença do Presidente do Banco nesta Comissão, na terça-feira passada, já obteve uma satisfação quanto às informações de que precisava; agora, com essa nota técnica vinda do Tesouro Nacional, entendo também que foram reforçadas aquelas posições do Presidente do Banco, e o Deputado José Pimentel haverá de refletir sobre as informações que estão sendo prestadas a ele pelo órgão oficial, seja o Tesouro, seja o Banco, e com isso permita que se vote neste momento o PL nº 28, porque assim haveremos de dar uma contribuição para o desenvolvimento não só da Região Nordeste, mas também da Região Norte, desde que estão apensadas as questões do BASA e do Banco do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Jorge Khoury.

Com a palavra o nobre Deputado João Leão, na ordem de inscrição. (*Pausa.*)

A Mesa acolhe a transferência da sua inscrição para o final da lista.

Com a palavra o nobre Líder Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado João Leão está fazendo uma consulta para ver se chegamos a um entendimento, mas me parece muito claro, Sr. Presidente e nobres companheiros, que essa capitalização do Banco do Nordeste é fundamental para que ele continue cumprindo as suas funções, aliás, bem demonstradas aqui pelo Presidente Byron Queiroz na sua exposição, que evidentemente convenceu todos os Srs. Parlamentares de que se trata de um Banco que atua efetivamente no crédito para o pequeno, e por isso há milhares de operações destinadas a pequenos produtores.

Quanto à emenda proposta pelo Deputado José Pimentel, não podemos concordar com ela. Não há possibilidade de vincularmos essa escrituração do Banco ao recebimento dos recursos. Não haverá essa possibilidade. Não temos como acatar a proposta na forma como o Deputado José Pimentel apresentou. Estamos tentando alguma medida que possa ser aceita pelo Banco e especialmente pelas autoridades financeiras, que não contrarie as normas do Acordo de Basiléia nem as normas do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional.

Portanto, queremos deixar claro aqui que não é possível essa escrituração proposta pelo Deputado José Pimentel. Ele quer uma autorização específica para assumir as referidas obrigações, autorização que não pode ser dada por meio de créditos orçamentários; portanto, isso contraria os preceitos constitucionais e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, teremos que, lamentavelmente — na discussão, agora, estou apenas fornecendo os argumentos pelos quais não podemos aceitar essa emenda —, fazer o encaminhamento contra a emenda do Deputado José Pimentel, e gostaria de pedir aos colegas que ainda tenham alguma dúvida sobre a impossibilidade que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

considerem nossos argumentos. Não que não tenhamos boa vontade; pelo contrário, Sr. Presidente, ontem estávamos discutindo o projeto, o Deputado José Pimentel apresentou sua emenda, e fizemos à Secretaria do Tesouro Nacional uma consulta sobre a possibilidade de atendê-la, e atenderíamos com a maior tranqüilidade, se fosse possível, mas não é; tecnicamente não temos como atender a emenda.

Então, oportunamente, encaminharemos o voto pela aprovação do projeto, contra a emenda do Deputado José Pimentel, durante o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Benito Gama.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive oportunidade de, nesta semana, ouvir aqui o depoimento do Presidente Byron Queiroz, do Banco do Nordeste. Para nós, que somos da região, ele evidentemente não trouxe muita novidade, mas teve a oportunidade de mostrar aqui, nesta Casa, que o Banco do Nordeste, hoje, é o maior instrumento da economia nordestina.

E quando se discute na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no Congresso Nacional o aporte de recursos para o Banco do Nordeste para capitalizá-lo e, portanto, para que possa exercer sua função como agente de desenvolvimento, fico realmente muito preocupado quando ouço vozes discordantes — não talvez quanto ao mérito, mas quanto à forma —, sobretudo porque para o Nordeste conseguir recursos, há essa dificuldade; nunca a área econômica do Governo teve disposição de alocar recursos para o Nordeste com tanta facilidade como estamos vendo agora com o Banco Nordeste. Em um momento em que a SUDENE passa por um processo de transição, de reestruturação, o Banco do Nordeste está preenchendo uma lacuna fantástica nessa questão de geração de emprego e renda, sobretudo para os pequenos e microprodutores, especialmente na área rural, onde a economia nordestina é extremamente fragilizada.

O Deputado José Pimentel tem feito suas considerações no sentido de transparência, que é o objetivo do PMDB, do nosso partido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Um momento, Deputado. Pediria uma atenção maior para o que diz o orador; inclusive, àqueles que estão participando de reuniões podem fazê-las nos corredores laterais, porque precisamos ouvir o Deputado Benito Gama, que esteve aqui, que viu e entende do Banco do Nordeste, a quem devolvo a palavra.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há um orador usando a palavra. Na seqüência, V.Exa. poderá falar.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a transparência, não somente no Banco do Nordeste, mas na aplicação dos recursos públicos, é o objetivo desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de todo o Congresso Nacional. A escrituração a que o Deputado José Pimentel se refere, ao balanço do Banco, sofre, inclusive, restrições, do ponto de vista



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

não só da área de gestão, mas sobretudo da área do Banco Central, das regras internacionais e nacionais, principalmente das regras internacionais e do Acordo de Basiléia, do qual o Brasil é membro, de mostrar com transparência a situação e a posição financeira patrimonial e administrativa de instituições financeiras.

Por isso, faço um apelo ao Deputado José Pimentel no sentido de que possamos votar e aprovar a capitalização do Banco do Nordeste e, logo após, com outros instrumentos de fiscalização, de acompanhamento e de transparência buscarmos realmente o que o Deputado José Pimentel está buscando, que é o que todos estamos querendo.

Sobretudo para os Deputados da bancada nordestina, de todos os partidos, considero que é um imperativo a aprovação do aumento de capital e a capitalização do Banco do Nordeste. Na reforma agrária que este País está fazendo, o Ministro Raul Jungmann, que é o grande responsável por tudo isso, é do Nordeste, tem realmente utilizado o Banco como principal instrumento naquela região. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante e, volto a dizer, imperativo, que se vote o projeto de capitalização do Banco do Nordeste. O Deputado José Pimentel terá todo o nosso apoio, na transparência, na fiscalização e no acompanhamento, seja na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ou na Comissão de Finanças e Tributação.

Era esse o depoimento e o apelo que eu gostaria de fazer neste momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, já há um entendimento. Felizmente, todos concordaram que pode haver uma emenda que atenda a todos e ao Banco do Nordeste, o que é importante. Portanto, peço a V.Exa. para apressar o processo, porque vai começar a ordem do dia. Pedi a opinião do Deputado José Pimentel, que tem sido um defensor da moralidade pública e atuante permanentemente nesta Casa. Neste caso, com o entendimento que ele teve, reconheceu o grande trabalho que o Banco do Nordeste faz, e é necessária também a transparência que ele pede. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra, finalmente, o nobre Senador Nabor Júnior, com as devidas escusas, mas já havia um pedido anterior. Com a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Serei bastante breve na minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Antes de V.Exa. usar a palavra, quero insistir ao Plenário que dê atenção ao orador, pois o assunto é polêmico. Com a palavra o Senador Nabor Júnior.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 28, de 2001, contempla não só o Banco do Nordeste, com o montante de 2 bilhões e 556 milhões para o aumento de capital, mas também o Banco da Amazônia, que não foi mencionado aqui. Eu gostaria de enfatizar esse aspecto. O Banco da Amazônia também é contemplado nesse projeto com a verba de 1 bilhão e 86 milhões, para o aumento de capital daquele estabelecimento de crédito que tão assinalado serviço presta à Região Norte do País.

Digo mais: o Banco da Amazônia é o principal indutor do desenvolvimento da Região Norte, porque tem agências em quase todos os Municípios da Amazônia Ocidental e Oriental e, inclusive, é o agente financeiro do FNO na Região.

Esse projeto, portanto, não beneficia apenas o Banco do Nordeste, mas também o Banco da Amazônia, que está necessitando realmente desse recurso para aumentar o seu capital e prestar assistência mais efetiva aos seus clientes e a todos aqueles que precisam de crédito na Região, para a agricultura, para pequenas indústrias, etc.

Faço um apelo aos membros da Comissão para que aprovelem esse projeto que visa aumentar o capital do Banco do Nordeste e também do Banco da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Senador Nabor Júnior.

Passo a palavra ao nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, o Banco do Nordeste não é um simples estabelecimento bancário. Na verdade, é a consciência de uma região que anseia transpor as barreiras do subdesenvolvimento. O Banco do Nordeste tem uma característica, através dos seus técnicos, de universidade regional. Ele está muito acima da concepção básica de um estabelecimento de crédito. Ele é a força motriz dos melhores valores nordestinos. Por isso sinto-me perfeitamente à vontade para defender neste instante o maior volume de recursos possível para esse banco. Conforme tive oportunidade de definir neste momento, ele ultrapassa em muito os seus limites de uma orientação bancária.

O Nordeste já foi vítima de restrição bastante profunda, através da SUDENE, que era um órgão coordenador de todo o desenvolvimento regional. Foi uma conquista política daquela região e transformou-se em mera agência, como se fosse uma simples repartição pública.

O Banco do Nordeste não pode ser diminuído na sua concepção e nos seus conceitos maiores. Esse raciocínio que defendo para o Banco do Nordeste o estendo para o BASA, porque a orientação foi a mesma. Tanto que o BASA é a extensão de uma idéia que foi montada no Nordeste e depois foi levada para a Amazônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses dois estabelecimentos de crédito não podem ser confundidos com meros estabelecimentos bancários. Eles representam um simbolismo muito forte. Qualquer restrição que venham a sofrer, são restrições ao Nordeste e à Amazônia na sua globalidade, no seu conjunto, na sua amplitude.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não concordamos com restrições de recursos para o Banco do Nordeste e para o BASA. Eles simbolizam o que o Nordeste e a Amazônia aspiram de melhor dentro dos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito temos dito que estaríamos aqui representando o PDT e o PPS, de igual forma. Ontem, em conversa que tivemos com membros do PSB, e o PT também já se manifestou, decidimos que iremos obstruir a votação. Vamos discutir todos os PLs. A obstrução se dará em razão de causa mais justa e nobre que se tem neste País: a busca de uma distribuição de renda que possa chegar ao cidadão mais humilde, através do salário mínimo. Essa é a forma mais justa de distribuição de renda que um país pode fazer, com a dimensão que temos, com a miséria e com a pobreza que enfrentamos, com as dificuldades de sobrevivência do cidadão aposentado, que recebe um salário de 180 reais, que, às vezes, não dá para comprar um remédio para sobreviver.

Temos obrigação, como cidadãos, de votar. Seria necessário que o bom senso prevalecesse na cabeça de tecnocratas que não saem dos gabinetes e que não conhecem o interior do Brasil. Saem apenas para Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Washington e Nova Iorque. Não conhecem o interior do Brasil e o quanto é importante 10 reais a mais na mão de um aposentado.

Diante de nossa dimensão continental, do Oiapoque ao Chuí, esses 10 reais fazem milagre, salva vidas, melhora a saúde e a qualidade de vida do cidadão, dá o mínimo de dignidade a mais para comer um dia a mais em sua vida.

Apelo para os companheiros que entendam a posição dos nossos partidos de Oposição. Sei perfeitamente que os partidos de Situação já fizeram seus esforços, chegaram a 200 reais. Queremos 250 reais, que seria o mínimo para neste País serem gerados empregos, renda e melhor qualidade de vida para o cidadão brasileiro.

Nós, do PDT, estaremos em permanente obstrução. Nesta matéria, embora seja meritória e extremamente importante para a Região Norte e Nordeste, queremos vê-la aprovada, sem dúvida nenhuma, porque também trará benefícios aos produtores rurais da nossa Amazônia, da Região Norte como um todo e particularmente do Nordeste. Mas não podemos abrir mão do salário mínimo que seja minimamente compatível com a condição de o cidadão poder sobreviver — não é ampliar espaços e agregar valores, mas sobreviver minimamente.

As Prefeituras, com certeza, como a de Pelotas, vão ter condições também de pagar melhor os seus trabalhadores. Os Estados igualmente vão ter que ampliar o pagamento dos seus servidores, seus aposentados, e vamos ter melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Sr. Presidente, o PDT vai ficar em obstrução, vai votar “sim” à matéria, mas antes vai pedir verificação de votação. O PDT e o PPS estão em obstrução. A posição do PT será anunciada por V.Exa. Estamos em obstrução para obrigar o Governo a sentar à mesa e ter um momento de luz, no sentido de buscarmos esse salário tão desejado por milhares de brasileiros.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

No momento, na Liderança do PT de plenário está o nobre Deputado Carlito Merss, que vai encaminhar as posições do PT, na medida em que o Líder efetivo se encontra na Presidência.

Encerrada a lista de inscrições.

Havia um pedido do Deputado Félix Mendonça.

O Deputado José Pimentel pede para aguardar

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL - Sr. Presidente, quero salientar que o PPS, como já salientou o Deputado Giovanni Queiroz, permanece em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, estamos fazendo a redação final de um parágrafo. Durante audiência pública realizada com o Presidente do BNB, foram esclarecidas todas as aplicações, a forma como o Banco vem trabalhando. Naquela oportunidade observou-se que a maioria dos Parlamentares da Região têm a visão da necessidade de capital para o BNB, assim como também para o BASA. Dado esse consenso, poderíamos votar esta matéria, até porque outros créditos suplementares estão na pauta e precisamos agilizar esta votação. A questão não é só do BNB, mas do BASA também. É de fundamental importância para as duas Regiões, a fim de que possamos levar à frente todos os projetos que são realizados no Norte e no Nordeste. Acredito que com a sensibilidade dos Deputados do PT, principalmente do Deputado Pimentel, fará com que assimilem a necessidade de levarmos essa matéria à frente, a fim de que esta Comissão reconheça o trabalho dos dois bancos.

Outras matérias são de grande importância para o Nordeste, como algumas suplementações que estão na pauta. Cito a questão do Castanhão, no Estado do Ceará. Acredito que poderemos, no final da elaboração do Orçamento de 2001, avançar no tocante a esses créditos suplementares.

Vamos reivindicar também que outras matérias sejam apreciadas, como a relativa à suplementação de recursos para manutenção dos trens urbanos, da CBTU. Esse PL ainda não está em pauta, mas solicito que já seja anotado, para que possamos pedir prioridade a essa matéria.

Acredito que não só o Presidente desta Comissão, como também os demais membros irão se sensibilizar com a necessidade de suplementação de recursos.

Solicito à Secretária Myrna que verifique o PL em que consta a suplementação do Ministério dos Transportes, no tocante ao custeio da CBTU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Respondo, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pedimos prioridade para incluir na pauta, em consenso com o Presidente, os recursos para o custeio da CBTU e do Ministério dos Transportes. Várias regiões poderão ser penalizadas, caso não haja a votação da suplementação desses recursos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Solicito ao Deputado que prepare um requerimento de inversão da pauta e inclusão do PL nº 43 imediatamente na ordem de votação.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há oradores inscritos. Vou suspender a reunião por três minutos, pois a redação do substitutivo está em curso, Deputado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, a postura do nosso nobre colega José Pimentel — Deputado com quem tenho o prazer e a honra de conviver na Comissão de Finanças e Tributação, onde demonstra seriedade e exige transparência — faz com que tantas lideranças regionais hoje busquem um texto de consenso. Isso demonstra a preocupação do PT com o desenvolvimento regional; sempre tivemos a posição de que é fundamental, para um Governo que se preocupa com o desenvolvimento, ter, sim, bancos, entidades sérias para fomentá-lo.

O Deputado posicionou-se com muita clareza em sua emenda original, e agora estamos tentando chegar a um texto consensual. Fundamentalmente, S.Exa. exige transparência, e demonstra isso no seu texto original, ao dizer que o Orçamento Fiscal da União abre um crédito especial. Porém, a liberação da quantia de R\$ 756.218.000,00 ficaria condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisões previstas na legislação bancária, crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas e previdenciárias. Afinal de contas, e isso vai ser assumido pela União, o Deputado nada mais faz do que exercer sua função, talvez fundamental hoje, de fiscalização.

Entendemos que um banco com essa abrangência precisa ser transparente, sim. Entendemos a preocupação dos Deputados da Região quando dos grandes escândalos acontecidos com a SUDAM e com a SUDENE — infelizmente, a maioria daquelas dúvidas foram confirmadas depois em grandes escândalos — e a preocupação do nosso querido Deputado com essa transparência.

É estranho e triste ver que a legislação bancária, principalmente o Acordo de Basiléia, exige algumas prestações de contas padrões; em alguns casos, procura inclusive esconder problemas que esses bancos têm.

Esperamos, sim, que possamos ter chegado a um acordo, a um texto definitivo. Em momento algum temos restrições ao desenvolvimento regional. Porém, a preocupação do Deputado José Pimentel é clara, muito tranqüila e transparente: que possamos ter esse acordo, mas que esta Casa, principalmente esta Comissão, tenha as explicações necessárias sobre um valor tão alto que está sendo assumido pela União e, em última análise, pela população. A preocupação é também no sentido de que não se permitam mais administrações fraudulentas, inseqüentes e, principalmente, sem transparência.

Sr. Presidente, é o desejo do Partido dos Trabalhadores que esse acordo de texto seja o melhor para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem a palavra o Deputado Félix Mendonça.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, na verdade, quando fiz a questão de ordem, já me pronunciei. Todos sabem a minha posição em favor do Banco do Nordeste e também desse acordo, com o qual fiquei muito satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Temos mais um orador inscrito, Deputado Anivaldo Vale.

O BASA encontra-se também em votação.

V.Exa. está com palavra. Estamos redigindo ainda o acordo, Deputado Anivaldo, e V.Exa., como defensor da Amazônia, com certeza trará instrumentos e argumentos sobre a sua luta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Presidente.

Fico verdadeiramente gratificado com o espírito público dos Parlamentares que participaram dessa negociação que trouxe uma redação que contempla o desejo do nobre Deputado e colega Pimentel e que satisfaz também o interesse do Governo.

Após a capitalização, o BNB vai informar à Comissão Mista de Orçamento o resultado dessas operações. Satisfaz-me a vigilância que mantém, com muita eficiência, o Deputado Pimentel e que atende também aos interesses governamentais.

Sr. Presidente, apelo então para V.Exa. que coloque o projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. A Presidência agradece a V.Exa. pelo uso da palavra, que possibilitou o tempo suficiente para concluir a redação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Atende, Sr. Presidente, aos interesses do povo. O PT junta-se ao PPB, ao PSDB, ao PFL, ao PCdoB, ao PDT para atender aos interesses do povo.

Agora, para o nordestino, é sempre difícil sair um dinheirinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria também agradecer antecipadamente ao Deputado Giovanni Queiroz o espírito público, pois que S.Exa. tinha a disposição de manter em obstrução a votação e, compreendendo esse esforço de entendimento, inclusive com a participação de S.Exa., que abre mão para a votação do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Relator, Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, há uma emenda proposta que quero acrescentar ao parecer apresentado, rejeitando, portanto, a emenda anterior, do Deputado José Pimentel, e acrescentando emenda nova, nos seguintes termos:

“Acrescente-se ao art. 1º, parágrafo único, a seguinte redação:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parágrafo único. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o resultado da operação de capitalização realizada”.

De modo que incluo ao parecer esse dispositivo, votando, portanto, pela aprovação, com esse adendo.

Sr. Presidente, isso atende aos propósitos do Deputado José Pimentel de manter maior vigilância e controle sobre as finanças do Banco e permite a aprovação tão desejada e necessária para a garantia da saúde financeira daquela instituição e do Banco da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Sr. Relator. Encerrada a discussão e o parecer.

Numa liberalidade da Mesa, concedo a palavra ao nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, quero registrar que essa redação é resultante de amplo entendimento desta Comissão, que, na nossa avaliação, resguarda as informações de que o Congresso Nacional necessita e ao mesmo tempo permite a capitalização do Banco.

Quero registrar que temos uma série de investigações sobre a gestão do Sr. Byron Queiroz, num total de dez auditorias em tramitação no Tribunal de Contas da União. Dessas dez auditorias, essa gestão já foi condenada em três. Temos uma ação popular que corre em segredo de Justiça, na Justiça Federal de Brasília, em que traz uma série de outros fatos; temos um mandado de segurança tramitando no Rio de Janeiro, que obriga a republicação do balanço de julho de 2001 por ser fraudado, e há uma fiscalização consolidada do Banco Central que traz inúmeras irregularidades.

Se fôssemos cumprir os termos da resolução desta Comissão que não se pode liberar recursos para empresas e gestões que apresentam irregularidades, não poderíamos tomar essas medidas. No entanto, tendo a necessidade de capitalizar o Banco, já que a instituição não pode ser responsabilizada por gestões temerárias ou que coloquem em dificuldade a instituição, o Partido dos Trabalhadores aquiesce nesta redação e vamos votar favoravelmente por entender que é fundamental a capitalização do BNB e do BASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado José Pimentel.

Encerradas as discussões, colocarei em votação, inicialmente, o projeto.

Deputado José Pimentel, pelo que entendi, o destaque de V.Exa. está retirado em favor da aprovação do relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votaremos o relatório do Deputado João Almeida, que significa a aprovação do projeto com a emenda lida pelo Relator.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Deputado João Almeida.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares.

(Pausa.)

Aprovado. *(Palmas.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares.

(Pausa.)

Aprovado.

Está aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

Há requerimento sobre a Mesa.

Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do PL 43, de 2001, na Ordem do Dia da reunião ordinária desta Comissão.

Sala de Comissões, 13/12/2001

Assina: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares.

(Pausa.)

Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, em função da posição política do nosso partido e apoio dos colegas do Partido dos Trabalhadores e do colega do PPS, peço verificação de votação nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem apoio.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Tenho apoio do Partido dos Trabalhadores, PCdoB, PPS e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há número. Vamos à verificação.

Deputado Giovanni Queiroz, fui informado de que o Senado se encontra no período da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. deve encerrar a sessão e reabri-la, convocando-a para daqui a 24 horas. É o que dita o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem razão; a Mesa vai analisar. Antes, ouviremos o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, não podemos encerrar a sessão em processo de votação. Acho que poderíamos suspender a sessão e retomar a votação na reabertura, atendendo inclusive ao pedido de verificação do ilustre Deputado, embasado no Regimento. Encerrar a sessão implica grande prejuízo. Ademais, estamos em processo de votação e com problema regimental, pois que não se encerra sessão em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nobre Deputado, a votação seria irregular. Uma vez informada de ofício de que havia iniciado a Ordem do Dia no Senado, a Mesa poderia anular a votação feita inadvertidamente por não ter ainda conhecimento do início desse período.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Mas V.Exa. só pode atuar sobre fato consumado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - V.Exa. pronunciou o resultado da votação e depois tomou conhecimento de que se iniciara a Ordem do Dia no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A votação seria nula. Posso, inclusive, pedir para verificar se o Senado está de fato no período da Ordem do Dia. Peço à Assessoria que ligue ao Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Como há pedido de verificação, podemos retomar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Giovanni Queiroz, há requerimentos sobre a Mesa, sendo um relativo à questão do custeio da CBTU.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não vou discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É apenas para informar V.Exa. E o outro é sobre educação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Os dois são meritórios. Não quero discutir mérito. Discuto procedimento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Quando o Senado está no período da Ordem do Dia, encerra-se a sessão e convoca-se outra. Esse é o procedimento regimental e gostaria que V.Exa. aplicasse o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há acordo. Existe praxe parlamentar, que faz parte dos nossos procedimentos, de que havendo acordo podemos suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, insisto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Regimentalmente, não é permitido encerrar-se qualquer sessão em processo de votação. O natural é prorrogar-se a sessão para que o processo de votação se realize. V.Exa. pode compulsar qualquer dos Regimentos — o da Câmara, o do Senado e o Regimento Comum — e verificará que isso não pode acontecer, uma vez iniciado o processo de votação.

De modo que estamos num impasse. Devemos impedir que a votação se realize, porque ela pode ser considerada inválida? Mas V.Exa. já pronunciou o resultado. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou verificação de **quorum**. O mais sensato é suspender a reunião e retomá-la com a verificação de **quorum** pedida pelo Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado João Almeida, é questão de entendimento, mas podemos verificar. O meu entendimento é: ao tomar conhecimento de ofício do início da Ordem do Dia, poderia o Presidente declarar a nulidade e retirar a votação feita. Caberia sua anulação pelo Presidente da Casa, já que está havendo a Ordem do Dia. Não é um entendimento pacífico.

A Presidência da Comissão em exercício realizou a votação por não ter a informação de que a Ordem do Dia já se havia iniciado no Senado Federal, mas está disposta a retirá-la por nula de pleno direito, pela razão já exposta.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

Parece-me, no que se refere a esse fato, pelo que me informa a Assessoria da Mesa, que um entendimento já está incorporado na praxe da Comissão, de que a nulidade é declarada **a posteriori**.

Eu teria outro entendimento, mas para não usurpar do Presidente da Comissão — a quem cabe resolver essas questões de ordem de forma definitiva — o direito de desfazer a votação ocorrida, acolho um pedido que é regimental também. Caso alguém insista, faço a chamada, apesar de não haver número. A menos que alguém insista na verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, encerre a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ontem, no plenário, o Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, e posteriormente o Líder do PT, Deputado Walter Pinheiro, anunciaram que estariam em obstrução nesta Comissão e que, às 14h, nós, os Líderes, iríamos nos reunir para verificar o cumprimento de determinadas exigências feitas pela Oposição, especialmente quanto à entrega do projeto que se refere à greve da Saúde e também quanto à renegociação das dívidas agrícolas dos pequenos produtores rurais.

Como ontem já havia sido anunciado que a Comissão estaria em obstrução até 14h e que só posteriormente se tomaria uma decisão sobre a deliberação nesta Comissão, proponho que consideremos que tivemos uma sessão produtiva — produzimos um acordo sobre a questão do Banco do Nordeste.

A deliberação da verificação terá que ser sobre matéria em votação na Comissão, mas esta sessão está acontecendo paralelamente à Ordem do Dia. E é praxe suspender as reuniões das Comissões durante esta fase da sessão. Portanto, não podemos votar e, se não podemos votar, não podemos verificar.

Em consideração à palavra dada no plenário pelos Líderes Miro Teixeira e Walter Pinheiro, seria sensato que nós transferíssemos esta reunião para 15h e se houver o entendimento das Lideranças na reunião, convocada por iniciativa da Oposição, prosseguiremos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, deixe-me fazer uma ponderação. Esta sessão não deveria estar acontecendo. Foi o que acordamos ontem à noite. E esta não é uma posição apenas no PDT e do PT. É a posição do PDT, PPS, PSB e também em defesa de um salário mínimo mais decente.

Ficou acertado que um salário mínimo de 200 reais estaria bom demais, o que não é verdade. Tenho certeza de que a maioria dos Deputados concordam que este é um salário de miséria. Se perguntado, ficará claro que todos querem um salário mínimo de 250 reais, assim como nós. Neste caso, para haver um acordo, regimentalmente teríamos que encerrar a sessão e convocá-la, por escrito, com um prazo mínimo de antecedência de 24 horas.

Não estou aqui obstruindo os trabalhos com vistas a prejudicar seu andamento. Vou aceitar a ponderação, atendendo os companheiros que aqui estão. E se V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

decidir pela suspensão da sessão até que haja negociação por parte do Governo e da Oposição.

Mantenho o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputados, o entendimento deste Presidente já foi anunciado antes. Sei que há polêmica, mas meu entendimento é que, uma vez verificado que a votação foi realizada num momento inadequado, quem preside a reunião pode, de ofício, anulá-la. Esse é meu entendimento. Uma vez que a votação que fiz está anulada, não é possível a verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sim, então anule e suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há controvérsias sobre esse meu entendimento, sei que há, que a anulação seria do Presidente da Casa, mas meu entendimento é esse. E eu já havia anunciado antes; não se trata, portanto, de um entendimento a propósito desse ou daquele resultado. Portanto, está anulada a votação que fiz inadvertidamente, por não saber que havia Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Está suspensa, portanto, a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E havendo concordância dos Líderes, está suspensa esta reunião, para ser reinstalada às 15h de hoje.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 001606/01	DATA: 13/12/01
INÍCIO: 15:45	TÉRMINO: 15:46	DURAÇÃO: 00:01
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:02	PÁGINAS: 2	QUARTOS: 1
REVISORES: VEIGA		
SUPERVISÃO: SANDRA SILVA		
CONCATENAÇÃO: SANDRA SILVA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Abertura de reunião. Encerramento de reunião por falta de quorum.

OBSERVAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tendo em vista que é notória a falta de **quorum**, solicito a V.Exa. que encerre a presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orcamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é notória a falta de **quorum**, mas decido, preliminarmente, encerrar a presente reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, na posição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Miro Teixeira, já encerrei a reunião.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – V.Exa. está falando sobre o quê, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Encerrei a reunião e convoquei a próxima para terça-feira, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Mas V.Exa. está falando ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, eu apenas não havia comunicado a decisão.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Então, Sr. Presidente, na terça-feira, vamos solicitar à Comissão que cumpra o rito regimental de verificar o número necessário de assinaturas no livro que corresponda ao **quorum** para a abertura dos trabalhos e que V.Exa. também resolva uma pequena questão: o Congresso Nacional já estará de recesso na terça-feira. Como se realizará a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está encerrada a reunião.